

## Protocolo 21- 15.695/2025

**De:** Clelia S. - SPU - CEIV

**Para:** Representante: KOEDDERMANN CONSULTORIA LTDA

**Data:** 05/05/2025 às 16:30:51

**Setores envolvidos:**

SEGOV - DITI - DEPE, SPU - DCC - DAP, SPU, SEFAZ - DEAT - CPD, SPU - CEIV, SPU - DAP - DIAP, SPU - DCC - DAP - APD, SPU - DAP - TAC, SPU - CEIV - MEM

### Estudo de Impacto de Vizinhaça (EIV)

Prezados,

segue Parecer nº 013.2025 - CEIV para providências.

Att.

—  
**Clelia Witt Saldanha - MATRÍCULA PMBC 40.815**

*Fiscal de Obras II - SPU*

*PRESIDENTE CEIV - DECRETO 12111/2025*

**Anexos:**

PARECER\_013\_2025\_Supertex\_Concreto\_1\_Analise\_P\_15695\_2025.pdf

**PARECER 013/2025 – CEIV**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA**  
**(CEIV)**

( X ) Primeira Análise – Parecer nº 013/2025-CEIV – 05/05/2025

**Processo Administrativo nº:** 15.695/2025 (1DOC)

**Requerente:** Koeddermann Consultores Associados

**Projeto:** Supertex Concreto

**Proprietário:** SUPERTEX CONCRETO LTDA - CNPJ nº 03.367.101/0014-08

**Área do lote:** 8.439,00 m² (Matrícula 29746)

**Área construída:** 1.478,09 m²

**Projeção de atração de viagens na hora-pico (veículos automotores):** 16 (07 de atração + 09 de produção)

**População Estimada:** 62 colaboradores, sendo 34 no escritório e 28 na produção

**Vagas de Estacionamento:** 11 vagas para automóveis, 10 vagas para motocicletas

**Endereço:** RUA JOSE HONORATO DA SILVA, S/N, Bairro NOVA ESPERANÇA

**Uso:** Industrial – Usina de Concreto

**Zona:** ZACC IV

**Insc. Imob.:** 02.01.006.2525 – DIC 85955

**Investimento previsto:** 1.478,09 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022, alterado pelos Decretos 12.111/2025 e 12.138/2025, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que analisa os Estudos de Impacto de Vizinhaça (EIV),

CONSIDERANDO o trâmite do projeto arquitetônico através da plataforma Aprova Digital sob protocolo nº ARQ.01.00001503 do empreendimento denominado "SUPERTEX", de propriedade da empresa SUPERTEX CONCRETO LTDA, inscrita sob CNPJ nº 03.367.101/0014-08;

CONSIDERANDO a manifestação do analista do Projeto Legal Arquitetônico no Despacho 18-15.695/2025 (1DOC), no qual informa que o empreendimento está em conformidade com a "legislação urbanística em geral",

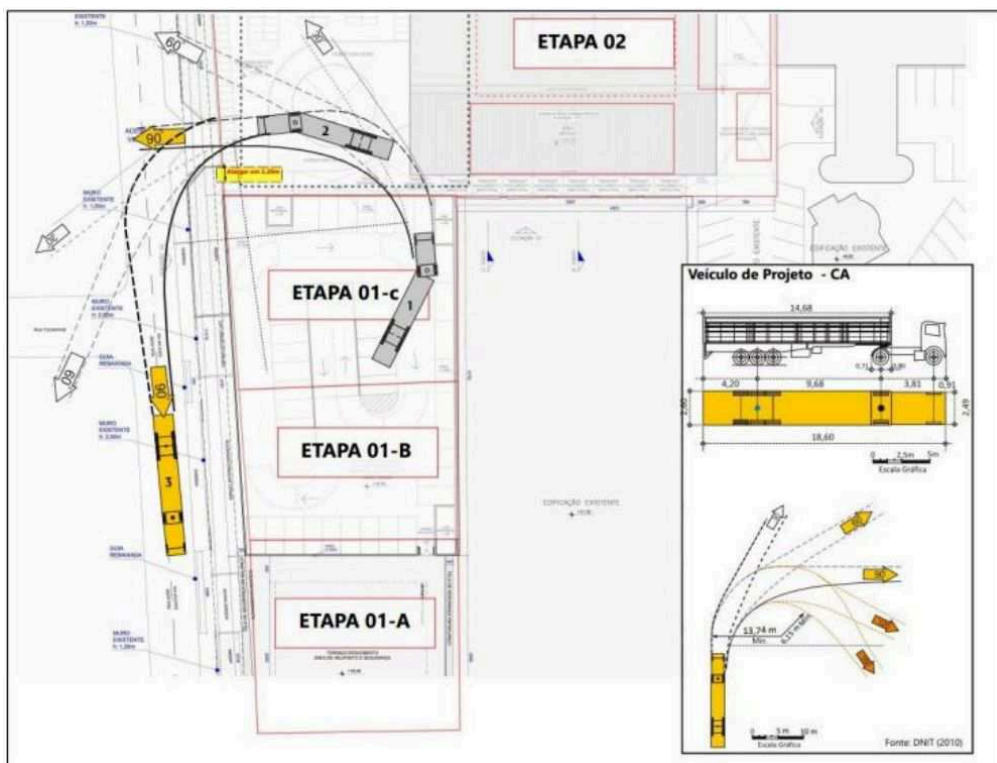
CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), sob o protocolo ARQ.01.00001503, no sistema Aprova Digital;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo;

**Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, a CEIV faz as seguintes considerações:**

1. No item 1. Apresentação - 1.3. Caracterização do Empreendimento, atualizar as informações sobre os bairros de Balneário Camboriú (pag. 20 do EIV);
2. No item 2.1 do EIV:
  - 2.1. Rever e corrigir a informação de que o imóvel está localizado a montante do local de captação de água bruta para abastecimento público”;
  - 2.2. Apresentar a informação de área de preservação permanente, conforme TR e Viabilidade SEMAM;
  - 2.3. Na pág. 31 do EIV cita “a Declaração de Atividade Não Constante também emitida pela Secretaria do Meio Ambiente, estão apresentadas no Anexo IV deste estudo”. Esta declaração não foi localizada no Anexo IV. Rever;
3. No item 2.2. do EIV - dimensionamento e caracterização do empreendimento e atividade:
  - 3.1. Apresentar o número de vagas de caminhões, de veículos, de ciclomotores e de bicicletas;
  - 3.2. Apresentar a figura 16 – Layout do processo produtivo de forma legível, preferencialmente em prancha no formato A3;
  - 3.3. Indicar previsão de população total para o empreendimento, indicando a metodologia utilizada para estimativa ou previsão;
  - 3.4. Indicar a capacidade máxima de produção diária de concreto/argamassa (em m<sup>3</sup>) e previsão de produção;
4. No item 2.3 Descrição dos equipamentos disponíveis, complementar com as informações dos equipamentos específicos da atividade de usina de concreto;
5. Não foram localizados no Anexo V os projetos arquitetônicos do empreendimento. Apresentar projeto arquitetônico;
6. Com relação ao item 2.5 Cronograma de Implantação, indicar a previsão de início das obras;
7. As viabilidades de atendimento (EMASA, CELESC, etc.) encontram-se no anexo IV e não no anexo XI como informado no EIV. Compatibilizar;

8. No item 2.9.1.2, consumo de água na fase de operação:
  - 8.1. Apresentar o cálculo do consumo de água pelos funcionários e clientes (conforme a população a ser estimada);
  - 8.2. Indicar a metodologia utilizada para o cálculo do consumo de água na produção de concreto;
  - 8.3. Indicar o volume de água proveniente da EMASA a ser consumido e volume de água proveniente do sistema de reaproveitamento de águas pluviais na produção de concreto;
9. No item 2.9.4.2 Produção de Efluentes Líquidos - Apresentar cálculos da produção de efluentes líquidos e metodologia aplicada para as fases de implantação e operação;
10. Apresentar Plano de Atendimento a Emergência (PAE) do empreendimento, documento que define as medidas a tomar para prevenir ou minimizar os impactos de acidentes, incêndios, desastres naturais, entre outros. Em especial as medidas devido a existência de um tanque aéreo de 15.000 (quinze mil) litros de óleo diesel;
11. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS específico para o empreendimento, o qual deve detalhar todas as ações e medidas mitigadoras, em especial para os resíduos perigosos específicos do empreendimento;
12. Apresentar projeto de engenharia detalhado, em escala e com cotas, do sistema de tratamento do efluente líquido do processo produtivo;
13. Apresentar projeto de engenharia detalhado das áreas de lavagens dos caminhões, com piso de concreto impermeabilizado e canaletas coletoras para direcionamento desse efluente a um sistema separador água e óleo (SSAO), esclarecendo sobre a informação do Projeto Hidrossanitário (Anexo X) o qual indica que o efluente que sai da “caixa separadora água e óleo” vai direto para a rede pluvial;
14. Apresentar projeto de engenharia detalhado, em escala e com cotas, do sistema de captação e reuso de água pluvial (cisterna com previsão de armazenamento de 900m<sup>3</sup>);
15. Com relação ao tema canteiro de obras e ao projeto do canteiro de obras (Anexo VI):
  - a) Incluir um subcapítulo sobre o canteiro de obras, dentro do capítulo 2.12 – Sistema Viário e o Empreendimento do EIV, com as legislações vigentes a respeito do tema, especialmente sobre a carga e descarga de materiais. OBS: Incluir que a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito será notificada, com no mínimo 48 horas de antecedência, de evento que possa interferir no fluxo viário e/ou exigir expedição de Autorização Especial de Trânsito (AET), mesmo que seja de maneira parcial e temporária, respeitando o artigo 95 da Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro e o artigo 6 do Decreto Municipal nº 4020/2004;
  - b) O anexo VI não condiz com a informação de ser o “projeto do canteiro de obras”. Necessário apresentação dos raios de giro nos acessos e saídas dos caminhões, indicando as interferências na via (com valores: ângulos, cotas – expresso de forma técnica, conforme normas CONTRAN/DNIT, para a tipologia do veículo). Segue um modelo básico dos arquivos de EIV da CEIV:



- c) Especificar todos os tipos de veículos que serão utilizados (dimensões) no transporte dos materiais;
- d) Incluir no projeto do canteiro de obras, os dispositivos de alerta, luminosos e sonoros, indicando os acessos (entrada/saída) de caminhões e automóveis;
- e) Incluir no projeto do canteiro de obras, as larguras dos rebaixos de meio-fio e dos portões, em todas as etapas, além de apontar se os portões de acesso terão limitadores de altura;
- f) Incluir, no projeto do canteiro de obras, as vagas de estacionamento de carros/motos/bicicletas, para funcionários, em área interna do canteiro;
16. Com relação ao item 2.12 Sistema Viário e o Empreendimento e o item 3.7 Sistema Viário da área de vizinhança, seguem as considerações:
- Em 2.12, necessário as seguintes medidas:
    - melhorar a legibilidade da figura 35, especialmente em relação aos nomes das vias;
    - acrescentar um subcapítulo sobre controladores de acesso e faixas de acumulação;
  - Em 2.12.1.1, necessário as seguintes medidas:
    - rever a área de nº 3, para estacionamento de 11 veículos (9 simples, 1 PNE e 1 idoso), considerando que a área para a vaga PNE é maior, exigindo uma área de proteção de estacionamento, conforme dispõe a Resolução Contran nº 965/2022;
    - apresentar o projeto arquitetônico do empreendimento, contendo especialmente o detalhamento das vagas de estacionamento e dos acessos;

- melhorar a legibilidade da figura 37, especialmente em relação as cotas;
- Em 2.12.1.2, necessário as seguintes medidas:
  - indicar em mapa ou recorte de projeto, o disposto no texto do EIV, que diz "...haverá ainda um espaço de acomodação de veículos de 11,3 m de comprimento, garantindo que veículos de carga possam aguardar a abertura do portão sem interromper o fluxo da via, bem como o fluxo dos pedestres";
  - indicar em mapa ou recorte de projeto, de maneira detalhada, a localização e os tipos de acesso por veículos e pedestres ao empreendimento. De acordo com o Art. 40 da Lei Municipal 2794/2008, os acessos para veículos e pedestres devem ser independentes;
  - apresentar o projeto arquitetônico do empreendimento, contendo especialmente o detalhamento das vagas de estacionamento e dos acessos;
  - melhorar a legibilidade da figura 38;
- Em 3.7.1.1, necessário as seguintes medidas:
  - melhorar a legibilidade das figuras 88 e 89, especialmente os nomes das vias;
  - incluir na tabela 21, todas as vias transversais existentes entre a Marginal Oeste e a Rua Albertina Honorato da Silva, incluindo esta última e a Rua Ana Karolina;
  - verificar se dentro da área abrangida pela figura 98, não existem Faixas Elevadas de Travessias de Pedestres (FETP). Caso existam, incluí-las na figura citada;
- Em 3.7.1.3, necessário as seguintes medidas:
  - acrescentar imagens e mapas que mostrem os paraciclos/bicicletários públicos na região do empreendimento;
  - acrescentar subcapítulo sobre micromobilidade, incluindo informações sobre a legislação municipal a respeito do tema, além da existência ou não de estações de patinetes e bicicletas elétricas (e existe estacionamento desordenado desses veículos), na área do entorno;
- Em 3.7.1.4, necessário a seguinte medida:
  - incluir imagens e informações sobre as rampas de acessibilidade nas travessias de pedestres na área do entorno, especialmente na área de influência imediata do empreendimento. OBS: verificar se as rampas atendem as diretrizes da NBR 9050;
- Em 3.7.1.5, necessário a seguinte medida:
  - incluir informações e imagens (caso existam) das vagas de embarque/desembarque de passageiros na AVD do empreendimento (essas vagas são as que são utilizadas por motoristas de aplicativos);
- Em 3.7.1.8, necessário a seguinte medida:
  - Considerando a geração de viagens de funcionários e visitantes (2 de atração + 4 de produção) e de veículos de carga (5 de atração + 5 de produção), informada no EIT, rever ou explicar o quantitativo de viagens alocadas na tabela 24;

- Em 3.7.1.10 e Anexo XI (Análise do Nível de Serviço), necessário as seguintes medidas:
  - Explicar, em relação ao ponto 3 (P3), os valores apresentados para fluxos conflitantes - vc,3 (ano de 2025 de 627 veic/h, ano de 2030 de 713 veic/h e ano de 2035 de 811 veic/h). Os valores foram obtidos com a soma de vetores 1 e 3?
  - Explicar o intervalo crítico para o ponto 3 (P3) ser de 6,6 e o intervalo mínimo ser de 4,1. A tabela 31 do EIV foi a utilizada como referência?

17. No item 3.1 Delimitação da Área de Vizinhança, a AVD deverá abranger, no mínimo todo o Bairro Nova Esperança. Rever;

**Avaliação dos Impactos Sobre a Vizinhança e a Matriz de Impactos – item 04:**

18. Com relação aos impactos na **FASE DE IMPLANTAÇÃO:**

18.1. Para o impacto "Contaminação do Solo e Águas Subterrâneas por Efluentes Líquido" - a reversibilidade deve ser considerada, no máximo parcialmente reversível "3" e o percentual de mitigação de no máximo 30%;

18.2. Para o impacto "Contaminação do Solo por Resíduos da Construção Civil" – para fins de avaliação do percentual de mitigação, apresentar o Plano de Gerenciamento de RCC, o programa de Conscientização Ambiental utilizados como medidas mitigadoras, plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

18.3. Para o impacto "Pressão no sistema de drenagem urbana" - a reversibilidade deve ser considerada como IRREVERSÍVEL "5";

**Aspectos relacionados ao sistema viário e trânsito – fase de implantação:**

18.4. Devido à grande demanda por vagas públicas (outros comércios na vizinhança), as poucas vagas públicas existentes na Rua José Honorato da Silva (pois de um lado há ciclofaixa), ao volume de caminhões de carga/descarga e à divisão modal para o bairro Nova Esperança (14% utilizam ônibus), a CEIV considera que os impactos "Pressão nas Vagas de Estacionamento nas Vias do Entorno do Empreendimento" e "Pressão no Sistema de Transporte Público Coletivo" serão reais, devendo ser avaliados como tal;

18.5. Em relação ao impacto "Deterioração de Vias Públicas", incluir as seguintes medidas mitigadoras:

- Impedir o estacionamento de caminhões ou a descarga de materiais em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
- Todas as manobras, cargas e descargas de materiais devem ocorrer dentro do canteiro de obras;
- Evitar o trânsito de máquinas, equipamentos e caminhões em horários de pico;

19. Com relação aos impactos na **FASE DE OPERAÇÃO:**

19.1. Para o impacto "Contaminação do Solo e Águas Subterrâneas por Efluentes Líquidos", ainda, inserir como medida complementar a apresentação de relatório comprovando o cumprimento das medidas: "*Tratamento interno do efluente líquido gerado no processo produtivo para reuso;*" e "*Direcionamento do efluente a ser gerado*"

*na área de lavagem externa dos caminhões e na área de abastecimento a um sistema separador água e óleo (SSAO)". Os relatórios deverão ser protocolados à CEIV, semestralmente pelo período de 24 meses, a contar do início do funcionamento de fato;*

19.2. Na Matriz na identificação do impacto "Pressão no sistema de coleta e tratamento de efluentes líquidos" deverá ser incluída a expressão "Sanitários", conforme consta no item 4.6.3 do EIV;

19.3. No impacto "Contaminação do Solo por Resíduos Urbanos" entende-se que a reversibilidade é irreversível "5", considerando que o principal impacto será causado pelos resíduos provenientes das atividades da indústria que causam a degradação do solo. O percentual de mitigação será avaliado após resposta ao item 11 deste parecer;

19.4. Para o impacto "Alteração no Padrão de Escoamento de Águas Pluviais" retirar a medida mitigadora, pois a elaboração e execução de projeto hidrossanitário é uma obrigação e, a destinação das águas pluviais ao sistema público de coleta gera impacto;

19.5. Rever o impacto "benefícios à paisagem urbana", no aspecto "Inserção do empreendimento na paisagem. As questões de passeio público e acessibilidade são obrigatórios. Renomear o impacto positivo e incluir na avaliação (EIV e Matriz) o impacto referente à inserção na paisagem urbana (operação) pela implantação de indústria de usina de concreto em área predominantemente de comércio e residências como sendo um impacto negativo;

19.6. Incluir na avaliação (EIV e Matriz) o impacto negativo de "Alteração da qualidade do ar" (operação) devido à poluição atmosférica pela emissão de particulados (pela movimentação de veículos e de matéria prima);

19.7. Incluir na avaliação (EIV e Matriz) o impacto negativo referente ao consumo de recursos naturais (operação) – matéria-prima da indústria;

#### **Aspectos relacionados ao sistema viário e trânsito – fase de operação:**

19.8. Devido à grande demanda por vagas públicas (outros comércios ao redor sempre ocupando as vagas), as poucas vagas públicas existentes na Rua José Honorato da Silva (1 lado existe ciclofaixa), ao volume de caminhões de carga/descarga e a divisão modal para o bairro Nova Esperança (14% utilizam ônibus), a CEIV considera que os impactos "Pressão nas Vagas de Estacionamento nas Vias do Entorno do Empreendimento" e "Pressão no Sistema de Transporte Público Coletivo" serão reais, devendo eles serem avaliados;

19.9. Em relação ao impacto "Congestionamento de Veículos no Acesso ao Empreendimento", o mesmo será avaliado se será real ou potencial após apresentação do projeto arquitetônico detalhado do acesso e do estacionamento;

19.10. Em relação ao impacto "Pressão no Sistema Viário Próximo", necessário acrescentar a seguinte medida mitigadora:

- Implantação de paraciclos públicos, de acordo com o modelo padrão utilizado pelo município e a ser disponibilizado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Urbano. O local exato deverá ser indicado e aprovado pela equipe técnica da Autarquia Municipal de Trânsito – BCTrânsito;

19.11. Em relação ao impacto "Pressão no Sistema Viário Próximo", necessário retirar a seguinte medida mitigadora, visto já ser exigência por legislação municipal:

- Refazer todo o passeio da testada do lote, com todas as necessidades de acessibilidade com podotátil;

20. Adequar o EIV e o projeto do empreendimento respeitando a Área de Preservação Permanente (APP) conforme Inciso I do Art. 4º da Lei Federal 12651/2012.

21. Não foi localizado no Anexo XI a viabilidade de drenagem emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Apresentar;

22. Atualizar os dados informados no EIV com relação a gestão e a coleta de resíduos sólidos municipal, estão defasados e não representam a atualidade;

23. Em relação a Paisagem urbana, a CEIV entende ser necessário realizar a análise da relação entre a área privada e a pública (calçadas) na fachada da edificação, focando na criação de atratividade e vitalidade nestas áreas de transição. A abordagem deve focar em relação ao impacto (positivo ou negativo) que o empreendimento possa causar na segurança, vitalidade e atratividade que a população experimenta ao passarem pelo local. Como se dará a integração das fachadas do empreendimento e a inter-relação destes espaços? Haverá telas, muros ou outros obstáculos?

Acredita-se que falta a representação de estratégias de integração do espaço público e privado do empreendimento, no passeio, como arborização urbana, e paisagismo. Estes elementos devem ser representadas neste contexto (vista do observador pedestre);

24. Apresentar o projeto de arborização urbana nos moldes previstos pela Lei Municipal n.º 4868/2024 (regulamentada pelos Decretos n.º 11679/2024 e 11824/2024) ou parecer aprovativo do projeto de arborização urbana emitido pela secretaria de meio ambiente;

25. Com relação ao item 3.9, rever a consideração que o local do empreendimento se caracteriza como uma área predominantemente industrial. A CEIV entende se tratar de uma área mista, com predominância residencial e comércio. Atualizar o laudo;

26. A CEIV solicita a apresentação de avaliação técnica, com ART, da capacidade estrutural do pavimento da Rua José Honorato da Silva, a cada 50,00 m, no percurso majoritário a ser realizado pelos caminhões da concreteira, com objetivo de analisar se o pavimento existente apresenta bom comportamento estrutural. É indicado que, no mínimo, a estrutura do pavimento seja avaliada a partir da obtenção de bacias deflectométricas com o uso de ensaios não destrutivos (viga Benkelman, FWD ou outro) e a análise dos parâmetros de forma das bacias deflectométricas (Raio de curvatura, BCI, BDI e SCI).

**Observação 1:** As deflexões devem ser ajustadas considerando a temperatura de pavimento, temperatura do ar e carga aplicada.

**Observação 2:** No caso de adoção de outra metodologia de avaliação estrutural dos pavimentos, esta deverá ser aprovada pela CEIV.

**Observação 3:** Deverá ser adotada como medida mitigadora a avaliação periódica do pavimento, por no mínimo 1 ano após a operação (Índice de Temporalidade = 1), nos pontos avaliados neste EIV, a fim de constatar a interferência, ou não, do tráfego adicional dos caminhões da concreteira, no pavimento da Rua José Honorato da Silva. Havendo provável inter-relação entre a instalação da concreteira e a deterioração do pavimento, a concreteira deverá recuperar a pavimentação afetada.

27. Quanto ao Índice de Abrangência (IA) indicado como "1" no EIV, a CEIV avalia que deverá ser revisto para "4", pois os caminhões-bomba e caminhões-betoneiras percorrerão toda a área do município, impactando o sistema viário como um todo;
28. O ICIV (índice de comprometimento da infraestrutura da vizinhança) deverá ser considerado como "3", considerando que a viabilidade da EMASA apresenta grau ALTO;
29. Apresentar a Matriz Qualiquantitativa e o cálculo do Valor de Compensação atualizados, conforme adequações solicitadas pela CEIV.

### **Observações complementares:**

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 11, § 1º:

O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV.

2. Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

**Art. 16** No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**. (grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

**Art. 17** Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o

valor proporcional a medida mitigatória não executada. (grifo do autor)

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício, com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) e, documentos complementares em formato digital. Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhaça não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 05 de maio de 2025.

Michela Denise Parno - SPU  
Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA - SPU  
(Presidente da CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO - SPU (Vice-presidente da CEIV)

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA -SPU  
(membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA – SEMAM  
(membro da CEIV)

ROMULO FABRÍCIO NOTARI – SOU  
(membro da CEIV)

RAFAELA DALAGO – SPU (membro da CEIV)

CARMEM LÚCIA NASCIMENTO – SPU  
(membro da CEIV)

VINÍCIUS KLEIS FELTRIN - SGA (membro da CEIV)

TEO JÚNIOR OSTERKAMP – SPU  
(membro da CEIV)

Obs: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as respectivas assinaturas.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4116-09B2-A74C-5F46

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 05/05/2025 16:33:29 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAELA DALAGO (CPF 060.XXX.XXX-81) em 05/05/2025 16:47:40 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (CPF 914.XXX.XXX-34) em 05/05/2025 16:48:44 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ROMULO FABRICIO NOTARI (CPF 006.XXX.XXX-30) em 05/05/2025 17:28:31 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 05/05/2025 17:39:51 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TEO JUNIOR OSTERKAMP (CPF 010.XXX.XXX-62) em 05/05/2025 18:10:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VINICIUS KLEIS FELTRIN (CPF 037.XXX.XXX-31) em 05/05/2025 20:05:09 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 06/05/2025 00:07:40 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CARMEM LUCIA NASCIMENTO (CPF 895.XXX.XXX-34) em 06/05/2025 09:21:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELA DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 06/05/2025 13:18:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/4116-09B2-A74C-5F46>